

MESTRADO
TEMAS DE PSICOLOGIA

**COMPORTAMENTO PARENTAL E
AJUSTAMENTO PSICOLÓGICO DE PAIS
ENVOLVIDOS COM AS COMISSÕES DE
PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS**

MARTA GISELA SILVA PINHEIRO

M

2024



**Comportamento parental e ajustamento psicológico de pais envolvidos com as
Comissões de Proteção de crianças e jovens**

Marta Gisela Silva Pinheiro

Junho 2024

Dissertação apresentada no Mestrado em Temas de Psicologia, Psicologia do Desenvolvimento e Educação da Criança – Educação Inclusiva e Intervenção Precoce, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora Ana Catarina Miranda Canário e pela Professora Doutora Orlanda Cruz (FPCEUP)

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações do/da autor/a no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto concetuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o/a autor/a declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O/A autor/a declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

A presente dissertação usa dados secundários do projeto “Sucesso da reunificação familiar após a institucionalização da criança: Avaliação da efetividade de uma intervenção de parentalidade positiva” (REUNIRmais, PTDC/SOC-ASO/31727/2017) e é desenvolvido no âmbito do projeto de investigação “Apoiar famílias vulneráveis através de uma intervenção parental baseada na evidência, implementada individualmente em condições reais: Novas perspetivas sobre a implementação, efeitos e custo-efetividade” (RealFamilies, 2022.04975.PTDC, <https://doi.org/10.54499/2022.04975.PTDC>), coordenados pela Professora Doutora Ana Catarina Canário e pela Professora Doutora Orlanda Cruz, promovido pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), e financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

AGRADECIMENTOS

Para cada fase da vida repleta de esperança, basta uma mão acolhedora, uma palavra que ampara e uma força que nos escuta.

À Professora Doutora Ana Catarina Canário, a minha orientadora. Que acreditou em mim e que teve sempre um sorriso acolhedor que inspirava e tranquilizava. Pela paciência, pela amizade e pelo carinho, o meu sincero obrigada.

À Professora Doutora Orlanda Cruz, pela orientação e disponibilidade. Pelos conhecimentos transmitidos. Obrigada por ter acreditado em mim e por todo apoio.

Ao meu namorado, pelo apoio, pela compreensão e por todo o amor que acalmou e foi abraço-casa.

A todos os meus familiares, por acreditarem em mim e me deixarem voar. À minha mãe. Ao meu pai. Foram o suporte em momentos de grande inquietação.

À minha irmã que em cada momento me fez acreditar nas voltas bonitas que a vida dá. Ao Marcelo por toda a leveza que sempre me transmitiu.

A todos os meus amigos. Pela amizade e pelo companheirismo. Aos que ganhei durante o percurso académico, aos que trago comigo desde sempre, e aos que a vida me deu.

RESUMO

Os pais de crianças sinalizadas à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) podem apresentar práticas parentais ineficazes e problemas de saúde mental que constituem um risco para o desenvolvimento dos seus filhos. O presente estudo pretende caracterizar as práticas e o ajustamento psicológico de pais de crianças em idade escolar sinalizadas à CPCJ, com medida de apoio junto dos pais, e avaliar se essas práticas e o ajustamento psicológico dos pais difere de acordo com os motivos de sinalização atual e a existência de sinalizações anteriores.

Participaram neste estudo transversal 191 pais, sendo 87.4% mães (63.4% são crianças do sexo masculino). Os motivos de sinalização mais frequentes são comportamentos disruptivos, negligência e exposição à violência doméstica. Os pais foram avaliados nas seguintes dimensões: práticas positivas e monitorização pobre, através do Alabama Parenting Questionnaire (APQ), permissividade, hostilidade e sobrereatividade através da Parenting Scale (PS), e sintomas de depressão, ansiedade e stress medidos pela Escala de Depressão, Ansiedade e Stress (DASS).

Utilizando os pontos de corte de referência dos instrumentos, os resultados mostram que os participantes não evidenciaram práticas parentais ineficazes, com exceção da sobrereatividade que apresenta um resultado quase significativo nos pais, nem de sintomas clínicos de depressão, ansiedade e stress. Também parecem não diferir de acordo com o motivo de sinalização ou de sinalizações anteriores.

A homogeneidade dos resultados, sugere que, apesar de as famílias terem motivos de sinalização distintos, a medida de apoio junto dos pais é adequada às suas características parentais e de ajustamento psicológico.

Palavras-chave: Comissões de Proteção de Crianças e Jovens; Práticas parentais; Ajustamento psicológico de pais; Medida de apoio junto dos pais

ABSTRACT

Parents of children engaged the Child Protective Services (CPS) may have ineffective parenting practices and mental health problems that represent a risk to their children's development. This study aims to characterize the practices and psychological adjustment of parents of school-age children engaged with the CPS with and referred to parenting support, and to evaluate whether these practices and the parents' psychological adjustment differ according to the reasons for the current referral and the existence of previous referrals.

A total of 191 parents took part in this cross-sectional study, 87% of whom were mothers (63.4 % male children). The most frequent reasons for referral were disruptive behavior, neglect and exposure to domestic violence. Parents were evaluated on the following dimensions: positive parenting and poor monitoring using the Alabama Parenting Questionnaire (APQ), laxness, hostility and over-reactivity using the Parenting Scale (PS), and symptoms of depression, anxiety and stress measured by the Depression, Anxiety and Stress Scale (DASS).

Using the reference cut-off points of the instruments, the results show that the participants didn't show ineffective parenting practices, except for over-reactivity which presents marginally significant results for fathers, and non-clinical symptoms of depression, anxiety and stress. Results also didn't seem to differ according to the reasons for current referral or previous referrals.

Results were quite similar across participants, which suggests that, even though the families had different reasons of referral to the CPS, the fact that they all receive parenting and family support seems to be appropriate to their parenting characteristics and psychological adjustment.

Keywords: Child Protective Services; Parenting practices; Psychological adjustment of parents; Parent support

RÉSUMÉ

Les parents d'enfants suivis par les Services de Protection de l'Enfance (SPE) peuvent avoir des pratiques parentales inefficaces et des problèmes de santé mentale qui représentent un risque pour le développement de leurs enfants. Cette étude vise à caractériser les pratiques et l'adaptation psychologique des parents d'enfants d'âge scolaire suivis par les SPE et qui ont été orientés vers support à la parentalité, et d'évaluer si ces pratiques et l'adaptation psychologique des parents son différent selon les raisons du signalement actuel de l'enfant et l'existence de signalement antérieurs.

Au total, 191 parents ont participé à cette étude transversale, 87,4 % de mères (63,4 % d'enfants de sexe masculin). Les motifs les plus fréquents de renvoi a les SPE les problemes de comportement la négligence et l'exposition à la violence domestique. Les parents ont été évalués sur les dimensions suivantes: parentalité positives et surveillance insuffisante à l'aide de l'Alabama Parenting Questionnaire (APQ), laxisme, hostilité et sur-réactivité à l'aide de le Parenting Scale (PS), et les symptômes de dépression, d'anxiété et de stress mesurés par l'échelle Depression, Anxiety and Stress Scale (DASS).

Les résultats montrent que les participants n'ont pas de pratiques parentales inefficaces, à l'exception de la l'sur-réactivité qui représente des résultats marginalement significatifs pour les pères, et pas de symptômes cliniques de dépression, d'anxiété et de stress. Les résultats ne semblent pas non plus différer selon les motifs de signalement actuel ou de existence de signalement antérieur.

Les résultats étaient similaires entre les participants, ce qui suggère que, même si les familles avaient des raisons différentes d'être orientées vers le SPE, le fait qu'elles reçoivent toutes une mesure de support parental et familial semble être approprié aux caractéristiques parentales et à l'ajustement psychologique des parents.

Mots-clés: Services de protection de l'enfance; Pratiques parentales; Adaptation psychologique des parents; Support parental

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL	3
1.1 Família como contexto de desenvolvimento	3
1.2 Parentalidade e funções parentais	4
1.3 Desafios à parentalidade	6
1.4 Serviços de apoio aos pais e às famílias	8
1.5 O presente estudo.....	9
2. MÉTODO	10
2.1 Participantes.....	10
2.2 Procedimento	12
2.3 Instrumentos	12
3. RESULTADOS.....	15
4. DISCUSSÃO	18
5. CONCLUSÃO	20
6. REFERÊNCIAS.....	21

INTRODUÇÃO

A família é para cada criança a sua primeira rede de apoio pessoal e social, sendo que cada elemento tem um papel específico, como ser pai, ser mãe, irmão, avô ou avó. Para a criança, a família representa um lugar seguro com existência permanente ao longo do seu desenvolvimento.

A família, e em particular os pais, assume um conjunto de tarefas relacionadas com o cuidado e a educação das crianças. Como parte integrante da vida do adulto e do seu projeto de vida, as funções parentais são essenciais para o desenvolvimento dos filhos. A parentalidade é uma das tarefas mais gratificantes da vida adulta, mas pode também trazer muitos desafios e ser vista pelos pais como uma tarefa exigente (Sanders & Turner, 2018). De acordo com Teti et al. (2017), a parentalidade competente é protetora, conseguindo equilibrar práticas afetuosas e exigentes, é informada do ponto de vista do desenvolvimento da criança do ponto de vista da cultura onde a família está integrada, é consciente (mindful) e beneficia da co-parentalidade.

O exercício competente das funções parentais é influenciado por múltiplos fatores determinantes, não só individuais, mas também relacionais e contextuais. Do ponto de vista individual, o sofrimento psicológico é um fator de risco, associado aos desafios que a parentalidade coloca e ao aumento de problemas emocionais e comportamentais nas crianças (Teti et al., 2017).

Quando as famílias estão expostas a fatores de risco psicossocial, as práticas parentais e o ajustamento psicológico dos pais podem ser prejudicados. Quando as crianças estão expostas a situações familiares que constituem risco para o seu bem-estar, é comum haver uma referência à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), órgão que delibera sobre os apoios necessários à proteção e promoção dos direitos e bem-estar da criança. Quando não há perigo iminente para a criança, a medida mais comumente aplicada é a de apoio junto dos pais, sendo estes referenciados para receberem apoio parental em instituições da comunidade. Apesar de esta ser uma medida frequentemente aplicada, no contexto nacional não existe conhecimento sistematizado sobre as práticas parentais, o ajustamento psicológico dos pais de crianças referenciadas pelas CPCJ. Assim, o presente estudo tem como objetivo fazer a caracterização do comportamento parental e ajustamento psicológico de pais de crianças em idade escolar sinalizadas à CPCJ, com medida de apoio junto dos pais, e avaliar se o

comportamento parental e o ajustamento psicológico dos pais difere de acordo com o motivo de sinalização atual e a existência de sinalizações anteriores.

A presente dissertação está organizada em cinco partes: o enquadramento conceptual subjacente ao problema em estudo e apresentação dos objetivos do estudo empírico, o método, os resultados, e uma discussão dos resultados à luz do enquadramento teórico, na qual onde se apresentam também os contributos para a prática e para a investigação e a conclusão do estudo.

1. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

1.1 Família como contexto de desenvolvimento

A família é um dos mais importantes contextos de desenvolvimento das crianças. Integra um conjunto de pessoas que partilham um projeto de vida, sentimentos de pertença, compromisso interpessoal e relações de intimidade, interdependência e reciprocidade. O funcionamento da família tem por base a comunicação e as relações de interdependência entre os seus elementos. A família integra diversos subsistemas que se articulam entre si, como o sistema conjugal, o sistema parental e o sistema co-parental. Tendo em vista assegurar o melhor desenvolvimento das crianças, as funções parentais passam por garantir a supervisão dos filhos, o seu crescimento saudável com base no diálogo, uma estimulação adequada e um clima de afeto e apoio, para que as crianças vejam na família uma referência quando em situações de maior fragilidade. Os pais são também os responsáveis por tomar decisões relativas aos contextos educativos com os quais a família irá partilhar a tarefa da educação dos seus filhos (Palacios & Rodrigo, 2005).

A comunidade envolvente afeta a aptidão das famílias para promover o desenvolvimento dos filhos. Nesse sentido, importa também perceber como os processos que ocorrem no interior da família são influenciados por condições que ocorrem fora do contexto familiar. De acordo com a abordagem ecológica e sistémica, vários sistemas podem exercer influência sobre a família. Começando pelo sistema mais próximo, designado de microssistema, este diz respeito aos contextos onde decorrem as interações com outras pessoas, como por exemplo o contexto familiar, no qual pais e criança interagem. As situações vivenciadas são essenciais para assimilar todas as influências que compõem o microssistema. O segundo sistema, denominado mesossistema, diz respeito aos microssistemas em interação uns com os outros. O exossistema envolve estruturas sociais formais ou informais de que a pessoa não faz parte diretamente, mas que têm influências no seu desenvolvimento, por exemplo, o trabalho de um dos pais. Ainda que no exossistema não exista uma participação direta da criança, existe a noção de que a influência de sistemas em que não esteja presente tem impacto no seu desenvolvimento. O macrossistema é compreendido como o sistema social mais amplo. Neste sistema existem grupos sociais, valores culturais, instituições, como leis e normas que definem a comunidade em que o indivíduo vive e que também pode afetar os sistemas mencionados anteriormente (Barreto, 2016; Palacios & Rodrigo, 2005).

O modelo ecológico do desenvolvimento inclui ainda a dimensão temporal relativa à compreensão do desenvolvimento humano ao longo do tempo, que é designada de cronossistema. O cronossistema inclui três subsistemas: microtempo, mesotempo e macrotempo. O microtempo, caracteriza-se pelo campo temporal presente, ou seja, ocorre quando o indivíduo está a realizar determinada ação ou em interação com diferentes pessoas e objetos numa situação mais próxima. O mesotempo, concerne às interações que ocorreram num espaço temporal mais alargado, como semanas, meses ou anos. Por último, o macrotempo abarca todas as alterações que ocorreram na comunidade e no ambiente familiar e que afetam os decursos da pessoa durante o seu ciclo de vida (Barreto, 2016).

1.2 Parentalidade e funções parentais

Tal como a família, também a parentalidade sofre múltiplas influências. Os fatores identificados na literatura são: características individuais dos pais (e.g., traços de personalidade, saúde mental); características relativas à criança (e.g., temperamento, necessidades especiais, condições de nascimento) e características do contexto social (e.g., relações na comunidade, rede de suporte social, relação conjugal). De entre os fatores sociais é possível identificar: 1) relacionamentos íntimos dentro da família; 2) contextos de trabalho e ambientes mais relacionados com a vida adulta; 3) redes amplas de relações entre a família e a comunidade; 4) instituições socioculturais e religiosas que afetam a tomada de decisões e o desenvolvimento das capacidades das crianças; 5) oportunidades económicas ou sociais, características da comunidade e do país que podem reduzir ou ajudar a parentalidade (Teti et al., 2017).

Uma das funções da parentalidade é garantir o bem-estar e o desenvolvimento emocional das crianças. No seu dia-a-dia os pais são responsáveis por criar um ambiente que estimule a compreensão das emoções e promova o desenvolvimento de relações de afeto entre pais e filhos. Outra das funções parentais envolve o planeamento de regras e limites, proporcionando as devidas consequências quando a criança não os cumpre (Sanders & Turner, 2018). Os pais são vistos pelas crianças como os seus modelos, bem como o seu maior suporte. A educação de competências essenciais para a vida é necessária para um percurso desenvolvimental apoiado em pontos positivos e na construção do sucesso, em todos os contextos.

Uma das abordagens ao estudo das interações entre pais e filhos enquadra-se na teoria da aprendizagem e é relativa aos conceitos de práticas parentais e estilos parentais. As práticas parentais dizem respeito a um conjunto de estratégias comportamentais que os pais utilizam a fim de ajudarem os seus filhos a atingirem os seus objetivos em diversos contextos (social, pessoal, escolar), enquanto o estilo parental é um conceito mais amplo que inclui o ambiente emocional dentro do qual acontecem as interações entre pais e filhos e as práticas educativas (Cecconcelho et al., 2003; Darling & Steinberg, 1993). A literatura identifica quatro estilos parentais. Os pais autoritários caracterizam-se por uma exigência de obediência a regras rígidas e por um ambiente relacional distante e restrito a uma comunicação determinada numa única direção. No que respeita ao estilo parental denominado como autorizado embora exista a exigência de regras, há uma comunicação mais aberta com os seus filhos, ao contrário do estilo autoritário (Perez-Gramaje et al., 2019). O estilo permissivo é caracterizado por uma disciplina não punitiva e por um baixo nível de exigência, evidenciando uma influência indiferenciada nos comportamentos dos filhos. Por último, o estilo negligente indica um baixo nível de exigência e responsividade, assinalando um comprometimento no desenvolvimento dos seus filhos (Cruz., 2013).

A parentalidade competente beneficia de uma relação de coparentalidade saudável, em que ambos os pais sejam capazes de coordenar a sua atuação, de forma a terem a mesma perspetiva sobre o desenvolvimento dos seus filhos. A coparentalidade está assente na construção de uma equipa parental que visa a satisfação na educação dos seus filhos e consequente divisão de tarefas parentais, minimizando os conflitos. Embora a coparentalidade seja bastante importante na relação conjugal, tem também um papel essencial na promoção do desenvolvimento harmonioso das crianças (Brown et al., 2012; Teti et al., 2017).

Do ponto de vista das orientações políticas, importa destacar a Estratégia Nacional para os Direitos da Criança para o período 2021-2024, que assenta em cinco pilares: Promover o bem-estar e a igualdade de oportunidades, que assume a necessidade de aumentar os esforços com vista a garantir níveis de vida compatíveis com o crescimento das crianças e jovens; Apoiar as famílias e a parentalidade destacando a proteção das crianças e jovens que não estão em meio familiar; Promover o acesso à informação e à participação das crianças e jovens, cujo propósito é aumentar a conscientização e o conhecimento das crianças e jovens sobre os seus direitos, assim como, garantir que os profissionais que interagem regularmente com as crianças nos variados contextos recebem a formação necessária; Prevenir e combater a violência contra

crianças e jovens, com o objetivo de atingir metas estratégicas para prevenir e combater todas as formas de violência em vários contextos, onde a criança ou jovem está inserida, e no mundo digital; e, por último, Promover a produção de conhecimentos e instrumentos e de conhecimento científico potenciadores de uma visão global dos direitos das crianças e jovens que visa a importância de aumentar a compreensão das crianças e jovens acerca dos seus direitos e, também, reforçar a legislação nacional que os proteja (CNPDPJCJ, 2024; Resolução do Conselho de Ministros, nº 112/2020).

1.3 Desafios à parentalidade

A literatura indica que, quando as crianças estão integradas num contexto familiar que responde às suas necessidades sociais, físicas e emocionais, há um ambiente seguro e estável, e o seu desenvolvimento é positivo. Precisam de uma casa segura, de uma alimentação saudável, de vínculos seguros com os seus pais e de uma educação parental responsiva, assim como, de oportunidades de aprendizagem nos diversos contextos, de vida (Sandstrom & Huerta., 2013).

Neste sentido, a parentalidade não diz respeito apenas a garantir a sobrevivência dos filhos ou aplicar uma disciplina adequada, mas sim desenvolver um conjunto de condições para que a criança tenha um crescimento saudável dentro e fora do contexto familiar (Cowan et al., 2006). Por outro lado, existe um conjunto de fatores associados aos desafios parentais, como a saúde emocional e consequente bem-estar dos pais, na medida em que terão um importante impacto na forma como o cuidado dos seus filhos será realizado (Hughes et al., 2017; Sanders & Turner, 2018).

Quando os pais apresentam problemas de saúde mental, podem existir interações menos positivas com os seus filhos. Perturbações mentais ou sintomas como a depressão, ansiedade e outras formas de afeto negativo, podem contribuir para uma diminuição da confiança no papel parental, levando a sentimentos de comparação e de culpa. Ao longo da vasta literatura existente, a investigação tem consistentemente mostrado que o desenvolvimento socio-emocional das crianças é afetado pelos sintomas de depressão e de stress dos pais (Bradley, 2019; Newland et al., 2013; Riley et al., 2014; Sanders & Turner, 2018; Vollattona et al., 2016).

Outros fatores de risco no exercício de uma parentalidade competente, para além dos relacionados com a saúde mental dos pais, incluem fatores contextuais que podem alterar o desenvolvimento e a socialização de crianças e jovens no ambiente em que ocorrem. Os pais expostos a fatores de stress e que recebem menos apoio social, podem ter mais dificuldade em levar a cabo as suas responsabilidades parentais e conseqüentemente apresentar menores índices de bem-estar (Cronin et al., 2015). De acordo com Lopez (2009) existem três níveis de fatores de stress que têm efeito no desenvolvimento pessoal e também no desenvolvimento familiar. São eles o stress associado ao quotidiano, como a responsabilidade no desempenho de variadas obrigações no dia a dia; o stress permanente, que abarca situações como dificuldades económicas crónicas; e, por último, acontecimentos de vida não normativos potenciadores de stress, como o divórcio ou a perda de um familiar.

Os fatores contextuais, relacionados com a educação, a empregabilidade e o estatuto sócio-económico são também determinantes do bem-estar da família. O estudo de Cadima et al. (2015), indica que as crianças cujas mães têm menor nível de escolaridade, rendimentos económicos mais baixos e profissões menos qualificadas têm um desempenho académico inferior. No mesmo sentido, o trabalho de Newland et al. (2013) sugere que os resultados das dificuldades económicas contribuem para que as mães sejam menos sensíveis às necessidades dos filhos, afetando a parentalidade. Maiores dificuldades económicas parecem estar associadas com níveis mais elevados de depressão das mães, que por sua vez, afetam os comportamentos parentais. De igual modo, a instabilidade, a desorganização doméstica e familiar podem prejudicar a segurança da criança. Isto pode ocorrer devido a mudanças de residência, perda ou mudança de emprego, chegada de novos membros à família e eventos traumáticos, entre outros fatores (Bradley, 2019; Sandstrom & Huerta, 2013).

As experiências de stress parental resultam da apreciação que os pais fazem das suas ações parentais. Elevados níveis de stress afetam a capacidade de enfrentar as dificuldades ligadas à parentalidade, podendo resultar num aumento de estratégias inadequadas e um maior risco de maus-tratos físicos (Cronin et al., 2015; Miragolia et al., 2018). As situações de maus-tratos podem ocorrer quando a escassez de fatores de proteção é acompanhada de um número significativo de fatores de risco. Os maus-tratos contra crianças e jovens resultam da ocorrência de negligência, abuso físico, sexual ou emocional, com prejuízo para o seu crescimento saudável e saúde física e mental. A negligência é considerada uma forma de maus-tratos, caracterizada pela ausência de cuidados fundamentais como a educação, alimentação e

segurança. O abuso psicológico refere-se ao uso verbal de expressões e atos que amedrontam a criança, resultando em danos psicológicos futuros (WHO, 2022).

1.4 Serviços de apoio aos pais e às famílias

Os serviços de apoio aos pais e às famílias incluem serviços que proporcionam os recursos necessários ao exercício de uma parentalidade adequada às necessidades e características dos filhos, promovendo o seu desenvolvimento. Estes serviços estão frequentemente disponíveis na comunidade, estando integrados em diferentes estruturas locais como as CPCJ, mas também em instituições privadas de solidariedade social (IPSS).

As CPCJ são instituições com autonomia funcional cuja intervenção decorre da existência do consentimento dos pais ou representante legal da criança e pressupõe que a família concorde com a medida de promoção e proteção proposta. A Lei Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) constitui a base legal do sistema português de promoção dos direitos das crianças em matéria de risco e perigo (Lei nº147/99, de 01 de Setembro).

As medidas aplicadas pelas CPCJ, podem ser medidas em meio natural de vida e medidas de colocação. As medidas em meio natural de vida beneficiam a permanência da criança na família, e, consoante a natureza, as medidas incorporam: apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea e apoio para a autonomia de vida. Quando estas medidas não funcionam, as medidas de colocação são implementadas. Estas incluem a medida de acolhimento familiar e a medida de acolhimento residencial (Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ, 2022).

De acordo com Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ relativo ao ano de 2022, as principais situações de perigo comunicadas foram: Violência Doméstica, Negligência e Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude. Estas referências são mais frequentes entre os 0 e os 10 anos, permitindo constatar que estes eventos surgem precocemente na vida das crianças (Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ, 2022).

Em 2022, 88.9% das medidas aplicadas foram em meio natural de vida (e.g. apoio junto dos pais; apoio junto de outro familiar; confiança a pessoa idónea) e 11.1% corresponderam a medidas de acolhimento residencial e acolhimento familiar. No que respeita à caracterização da pessoa tida como principal cuidadora das crianças e jovens com medida de promoção e

proteção, na maioria das situações referenciadas, a família biológica ou adotiva é a referência com a qual a criança ou jovem vive. A maior parte dos cuidadores são do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos de idade, com o segundo ou primeiro ciclo de ensino básico concluídos. Nestas famílias, os rendimentos provêm maioritariamente da atividade profissional, sendo que 15% beneficiam do Rendimento Social de Inserção (RSI).

As CPCJ desempenham um papel essencial na identificação e intervenção em situações de perigo com crianças e jovens. Quando uma família enfrenta uma variedade de problemas que colocam em risco o desenvolvimento das crianças, esta entidade é ativada para avaliar e tomar medidas de proteção apropriadas.

Os serviços de apoio a pais e famílias estão também integrados em IPSS, como os Centros de Aconselhamento Familiar e Apoio Parental (CAFAP), escolas, centros de saúde, e outras valências da comunidade. Nestes serviços, os pais podem receber apoio no exercício das suas funções parentais. Este apoio pode ser um apoio individualizado, prestado por profissionais do setor social, em atendimentos regulares, até que as necessidades que originaram o atendimento estejam supridas, ou pode ser dado às famílias através de um programa parental baseado na evidência (PPBE). Estes serviços são considerados entidades de primeira linha, para onde as CPCJ referenciam as famílias com medida de apoio junto dos pais, para que recebam intervenção.

1.5 O presente estudo

Apesar de a medida de apoio juntos dos pais ser a medida de promoção e proteção mais frequentemente aplicada pelas CPCJ, no contexto nacional ainda não há conhecimentos suficientes sobre as práticas parentais e o ajustamento psicológico dos pais de crianças referenciadas pelas CPCJ com medida de apoio junto dos pais.

Neste sentido, e dando resposta a esta lacuna, o presente estudo tem como finalidade caracterizar as práticas parentais e o ajustamento psicológico de famílias acompanhadas pelas CPCJ do distrito do Porto, com medida de apoio junto dos pais. Esta caracterização será feita em função do motivo de sinalização e acompanhamento junto da CPCJ.

2. MÉTODO

2.1 Participantes

A tabela 1 apresenta as características sociodemográficas da amostra. Esta é constituída por 191 participantes dos quais fazem parte pais e crianças acompanhadas pelas CPCJ do distrito do Porto, com medida de apoio junto dos pais. A idade média dos pais 36.61 ($DP=7.32$), sendo que a maioria são mães (87.4%). Relativamente ao estatuto ocupacional, os participantes são sobretudo desempregados ($n=94$; 49.2%), ou empregados ($n=77$, 40.3%). As Famílias têm em média 2.55 filhos ($DP=1.16$).

As crianças sinalizadas são maioritariamente do sexo masculino ($n=121$, 63.4%), com média de idades de 9 anos ($DP=1.87$). Quanto ao nível de escolaridade da criança, frequentam maioritariamente o pré-escolar e 1º ciclo ($n=129$; 67.5%). No que respeita às sinalizações 116 crianças (60.7%), estão sinalizados pela primeira vez e 75 crianças (39.3%) têm sinalização anterior. Os motivos de sinalização são exposição a violência doméstica (37.7%), negligência (25.1%), comportamentos disruptivos (22%) ou outros (15.2%).

Tabela 1*Características Sociodemográficas dos Participantes*

Características sociodemográficas	N=191	
	<i>n</i>	%
Idade média dos pais (DP)	36.61 (7.32)	
Gênero		
Masculino	24	12.6
Feminino	167	87.4
Estatuto Ocupacional		
Empregado	77	40.3
Desempregado	94	49.2
Outro	16	8.3
Missing	4	2.1
Número de filhos (DP)	2.55 (1.16)	
Idade média das crianças (DP)	9 (1.87)	
Gênero da criança		
Masculino	121	63.4
Feminino	70	36.6
Nível de escolaridade da criança		
Pré-escolar e 1º ciclo	129	67.5
2º e 3º ciclo	58	30.4
Missing	4	2.1
Sinalizações		
Sinalização anterior	75	39.3
Nova sinalização	116	60.7
Motivo da sinalização		
Comportamentos disruptivos	42	22
Negligência	48	25.1
Exposição à violência doméstica	72	37.7
Outro	29	15.2

2.2 Procedimento

O presente estudo usa dados secundários do projeto de investigação REUNIRmais e RealFamilies, promovidos pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, e financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O primeiro projeto tem como objetivo avaliar a efetividade da intervenção parental *Standard Triple P* em famílias acompanhadas pelas CPCJ do distrito do Porto, enquanto o segundo visa avaliar os efeitos da intervenção, assim como o seu custo-efetividade, numa amostra de famílias com características de vulnerabilidade. Para a avaliação dos efeitos da intervenção são comparados dois grupos, o de intervenção que recebe a intervenção Standard Triplo P e o de controlo que recebe a intervenção habitual. Os projetos têm um parecer favorável da Comissão de Ética da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (Ref. 2020/04-2 e Ref. 2023/02-10).

A seleção dos participantes foi feita de acordo com a indicação das CPCJ do distrito do Porto, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão definidos. Os critérios de inclusão são a família identificada integrar no seu agregado uma criança com idade compreendida entre os 6 e os 11 anos de idade. Os critérios de exclusão aplicados foram: a) um dos pais ou ambos ou a criança apresentarem alguma perturbação mental severa; b) um dos pais ou ambos ou a criança evidencia incapacidade para ler e compreender português e c) a criança tomou ou toma medicação no último mês que possa afetar os níveis de cortisol.

Os projetos integram diferentes momentos de avaliação, num design longitudinal. No presente estudo foram utilizados dados do primeiro momento de avaliação, tendo por isso um design transversal. Após a obtenção do consentimento informado, os pais participaram numa sessão com um dos elementos da equipa de investigação, onde através de entrevista, o elemento da equipa de investigação recolheu informação através dos instrumentos abaixo apresentados.

2.3 Instrumentos

Questionário de caracterização familiar

Este questionário inclui questões relativas à descrição familiar, nomeadamente, género da criança, idade, configurações do agregado familiar, e situação familiar, que inclui

o apoio social do Estado ou do Município. Apesar deste questionário ser preenchido nos três momentos de avaliação, no presente estudo são utilizados apenas os dados do primeiro momento de avaliação. As informações referentes ao motivo do acompanhamento da família na CPCJ foram obtidas junto do profissional responsável na CPCJ.

Alabama Parenting Questionnaire (APQ)

O *Alabama Parenting Questionnaire* foi utilizado para avaliar as práticas educativas parentais. Este instrumento possui 42 itens organizados em cinco dimensões: envolvimento; parentalidade positiva; monitorização pobre; disciplina inconsistente e punição física (Nichols et al., 2022). Cada item é avaliado numa escala de 5 pontos, variando de 1 (“Nunca”) a 5 (“Sempre”). A literatura reconhece diferentes estruturas fatorais, de cinco, quatro e três. O modelo de três fatores, utilizado no presente estudo, incorpora práticas positivas (parentalidade positiva), monitorização pobre e práticas ineficazes, num total de 20 itens. No presente estudo, foi utilizada a versão portuguesa (Nogueira et al., 2019). No que se refere às suas qualidades psicométricas, foi relatada uma elevada consistência interna, alfa de *Cronbach* a variar entre .79 e .76, para práticas positivas e monitorização pobre, respetivamente. O fator relacionado com as práticas ineficazes evidencia um valor de .49, razão pela qual não foi usado no presente estudo.

Escala Parental (PS)

A Escala Parental é a adaptação portuguesa da *Parenting Scale* (Arnold et al., 1993). Consiste num questionário que avalia as práticas educativas parentais relativas a comportamentos problemáticos dos seus filhos. Este instrumento é composto por um total de 30 itens organizados em três subescalas, Permissividade, caracterizada por uma disciplina inconsistente, Sobrerreatividade, relacionada com uma disciplina autoritária, e Hostilidade. A cada item os pais respondem numa escala de um a sete pontos, onde indicam como agem, com descritores específicos nos extremos (Irvine et al., 1999; Nogueira et al., 2021). No presente estudo verificaram-se valores aceitáveis do alfa de *Cronbach*, nas subescalas Hostilidade, Permissividade e Sobrerreatividade, de .61, .62. e .70, respetivamente. Para a análise das práticas parentais foram utilizados pontos de corte referentes à presença de práticas ineficazes de Hostilidade (2.5), Permissividade (3.4) e Sobrerreatividade (3.9) para pais, e Hostilidade (2.4), Permissividade (3.6) e Sobrerreatividade (4.0) para mães (Rhoades & O’Leary, 2007).

Escala de Depressão, Ansiedade e Stresse (DASS)

A Escala de Depressão, Ansiedade e Stresse (Depression, Anxiety and Stress Scale), desenvolvida por Lovibond e Lovibond (1995) visa avaliar sintomas de Depressão, caracterizada por falta de auto-estima e associada a uma baixa possibilidade de a pessoa atingir objetivos de vida significativos; Ansiedade, que salienta as variações entre o estado permanente de ansiedade e respostas intensas de medo e Stress que refere estados de excitação e tensão constante. A DASS tem duas versões: a versão original que contempla um total de 42 itens e a de 21 itens, DASS-21. Para o presente estudo foi utilizada a versão portuguesa adaptada e validada por Pais-Ribeiro et al., (2004) com 21 itens. As opções de resposta compreendem uma escala de 4 pontos com as seguintes opções: 0 (“Não se aplicou nada a mim”), 1 (“Aplicou-se a mim algumas vezes”), 2 (“Aplicou-se a mim muitas vezes”) e 3 (“Aplicou-se a mim a maior parte das vezes”). Os itens devem ser preenchidos por referência à última semana. No presente estudo o alfa de *Cronbach* foi de .90 para a escala de depressão, .95 para ansiedade e .90 para a escala de stress. Na análise dos sintomas de depressão, ansiedade e stress, foram estabelecidos pontos de corte para sintomatologia moderada (Lovibond & Lovibond, 1995), iguais ou superiores a 14 para os sintomas de depressão, iguais ou superiores a 10 para os sintomas de ansiedade, e iguais ou superiores a 19 para os sintomas de stress.

3. RESULTADOS

Para analisar as diferenças do ajustamento psicológico e das práticas educativas parentais (variável dependente) tendo em consideração os valores de referência para uma sintomatologia moderada foram realizados testes *t* para amostras únicas. Os resultados da tabela 2 mostram que as práticas parentais, tanto para mães, como para pais estão abaixo dos valores de referência utilizados como indicadores de práticas ineficazes, exceto no que concerne à sobrerreatividade dos pais, que parece indicar um resultado clínico. Relativamente aos sintomas de depressão, ansiedade e stress dos participantes estão significativamente abaixo dos valores de referência utilizados como indicadores de sintomas moderados.

Tabela 2

Comparação dos valores médios das variáveis dependentes com os valores de referência

Variável dependente	Valor de referência	<i>M</i> (<i>DP</i>)	<i>t</i> (<i>gl</i>)	<i>d</i> de Cohen
Hostilidade: Pais (PS)	2.5	1.45 (0.53)	-8.22 (16)***	-1.99
Permissividade: Pais (PS)	3.4	2.61 (0.82)	-3.82 (15)**	-0.96
Sobrerreatividade: Pais (PS)	3.9	3.22 (1.32)	-2.11 (16)	-0.51
Hostilidade: Mães (PS)	2.4	1.74 (0.92)	-7.95 (121)***	-0.72
Permissividade: Mães (PS)	3.6	2.57 (1.05)	-10.74 (120)***	-0.98
Sobrerreatividade: Mães (PS)	4	3.61 (1.33)	-3.16 (120)**	-0.29
Depressão (DASS)	14	4.63 (5.33)	-20.75 (138)***	-1.76
Ansiedade (DASS)	10	3.78 (4.27)	-17.14 (138)***	-1.45
Stress (DASS)	19	6.56 (5.13)	-28.67 (139)***	-2.42

****p*<.001; ***p*<.01; **p*<.005

A tabela 3 mostra a comparação dos valores médios das práticas parentais e do ajustamento psicológico dos pais face a um acompanhamento anterior ou não na CPCJ. Os resultados mostram que as práticas educativas parentais não se diferenciam pelo acompanhamento na comissão de proteção. De igual forma, os níveis depressão, ansiedade e stress também não são diferentes quando há uma sinalização anterior ou uma nova sinalização.

Tabela 3

Comparação dos valores médios das variáveis dependentes com sinalização anterior

Variável dependente	Sinalização anterior				<i>t(gl)</i>
	Sim		Não		
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	
Práticas positivas (APQ)	47.04	5.68	47.06	5.47	0.03(182)
Monitorização pobre (APQ)	7.77	4.41	7.06	3.62	-1.19(182)
Hostilidade (PS)	1.71	0.92	1.70	0.86	-0.51(137)
Permissividade (PS)	2.53	1.11	2.60	0.98	0.39 (135)
Sobrerreatividade (PS)	3.56	1.38	3.57	1.32	0.06(136)
Depressão (DASS)	5.02	5.20	4.38	5.42	-0.69(137)
Ansiedade (DASS)	4.44	4.60	3.36	4.03	-1.46(137)
Stress (DASS)	6.92	5.06	6.33	5.20	-0.66 (138)

Na tabela 4 são apresentados as médias, desvios-padrão e os resultados da análise de variância referente às diferenças entre os resultados das variáveis dependentes a respeito dos motivos de sinalização. Como se constata na tabela, as práticas parentais e o ajustamento psicológico dos pais não variam em função do motivo de sinalização na CPCJ.

Tabela 4*Média, Desvio-padrão e Análises de Unidirecionais de Variância entre Práticas Parentais e Ajustamento Psicológico e o motivo de sinalização*

Variável dependente	Comportamentos disruptivos		Negligência		Violência Dom.		Outros		F(gl)	η_p^2
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP		
Práticas positivas (APQ)	47.31	4.63	46.0	6.21	47.43	5.67	47.52	5.23	0.77(3)	.01
Monitorização pobre (APQ)	7.90	5.20	7.38	3.21	7.48	4.12	6.21	2.30	1.05 (3)	.02
Hostilidade (PS)	1.64	0.72	1.79	0.91	1.78	1.03	1.49	0.61	0.71(3)	.02
Permissividade (PS)	2.42	1.06	2.63	1.03	2.69	1.06	2.43	0.94	0.61(3)	.01
Sobrerreatividade (PS)	3.81	1.24	3.82	1.35	3.36	1.29	3.37	1.54	1.28(3)	.03
Depressão (DASS)	3.45	4.60	5.39	5.12	4.63	5.13	5.09	6.85	0.78 (3)	.02
Ansiedade (DASS)	2.77	3.91	4.16	4.10	3.75	4.18	4.70	5.12	1.01 (3)	.02
Stress (DASS)	5.61	5.08	6.85	4.61	6.75	5.24	6.96	5.82	0.45 (3)	.01

4. DISCUSSÃO

O presente estudo teve como finalidade apresentar a caracterização das práticas e comportamentos parentais e o ajustamento psicológico de pais de crianças sinalizadas pela CPCJ com medida de apoio junto dos pais e avaliar diferenças nestas variáveis dependentes em função do motivo de sinalização e da existência de acompanhamentos prévios pela CPCJ.

Os resultados obtidos neste estudo indicam que os valores das práticas parentais avaliadas pelo instrumento PS (permissividade; hostilidade; sobrereatividade), tanto para mães como para pais, estão significativamente abaixo dos valores de referência estabelecidos pela escala como práticas ineficazes. Isto significa que as práticas das mães e dos pais relativamente à permissividade, hostilidade ou sobrereatividade não são elevadas, e não têm significado clínico. No entanto, a sobrereatividade é uma exceção, porque no caso dos pais, apresenta um valor semelhante ao valor de referência da escala. Isto indica que os pais reagem de forma negativa e exagerada ao comportamento inadequado da criança. Este resultado parece estar de acordo com os estudos descritos na literatura que sugerem que nos pais com perfis autoritários, existe uma ligação entre uma parentalidade coercitiva, caracterizada por um padrão de disciplina punitiva que não proporciona o pensamento autónomo da criança, e o comportamento desadequado da criança (Ang, 2008; Cruz, 2013). Embora estes resultados não demonstrem práticas parentais ineficazes em geral, na literatura são descritos estudos que evidenciam que as práticas parentais tendem a ser menos positivas quando existem preocupações específicas face ao desenvolvimento dos filhos, como o comportamento infantil inadequado, que pode influenciar uma disciplina sobrereativa da parte dos pais (Lorber & O’Leary, 2005).

O estudo de Nogueira et al. (2021), com uma amostra de mães acompanhadas pelos serviços sociais na zona Norte de Portugal, apresenta resultados semelhantes no momento de avaliação antes da intervenção tanto para as práticas parentais avaliadas pelo APQ (práticas positivas, monitorização pobre), como pelo PS (permissividade, hostilidade, sobrereatividade), como pelo DASS (depressão, ansiedade, stress). Os resultados sugerem que as características de parentalidade e de saúde mental dos pais, ao não terem significado clínico, não constituem um risco acrescido para o bem-estar das crianças.

O presente estudo avaliou também as diferenças nas práticas parentais e o ajustamento psicológico dos pais em função do motivo de sinalização, ou da existência de

sinalizações anteriores. Os resultados indicam que o motivo de sinalização e as sinalizações anteriores, enquanto variáveis independentes, não apresentam efeitos nas práticas parentais, avaliadas pelo PS (permissividade, hostilidade, sobrereatividade) e pelo APQ (práticas positivas, monitorização pobre), nem no ajustamento psicológico avaliado pelo DASS (depressão, ansiedade, stress). Os resultados sugerem que os valores médios das variáveis dependentes são semelhantes, independentemente dos motivos de sinalização ou da sinalização anterior.

Os resultados do presente estudo não corroboram os dados de estudos anteriores que indicam que os cuidadores das crianças referenciadas ao sistema de promoção e proteção, evidenciam vulnerabilidades no comportamento parental, assim como problemas de saúde mental, com predominância de sintomas de ansiedade e stress, associados a situações de maus-tratos e negligência infantil (McConnell et al., 2011; Stith et al., 2009).

No entanto, estes resultados podem ser lidos à luz da abordagem realizada pelas CPCJ. De acordo com dados do Relatório Anual de Avaliação das atividades das CPCJ de 2022, as ações aplicadas relativamente à medida de apoio juntos dos pais visam um domínio de intervenção relacionado, maioritariamente, com as competências parentais. Estas ações são particularmente importantes para uma resposta ajustada às necessidades das crianças, mas especialmente às necessidades dos pais. Neste sentido, através de uma intervenção preventiva são definidos objetivos que visam uma melhor capacitação parental, como o apoio no desenvolvimento de estratégias de negociação para situações de conflito, e a sensibilização para a integração do papel da família e dos pais para a promoção de um desenvolvimento harmonioso da criança. Este acompanhamento prestado pelas CPCJ pode ter um impacto significativo no ajustamento psicológico dos pais e nas suas práticas parentais, quer quando confrontados com uma sinalização prévia ou não, quer com diferentes motivos de sinalização, protegendo os pais de eventuais desajustamentos nas práticas da parentais (Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ, 2022).

Deste modo, a homogeneidade das características de parentalidade e de ajustamento psicológico entre os pais sugere que os comportamentos parentais e o ajustamento psicológico são semelhantes, justificando-se uma medida de acompanhamento também semelhante e independente do motivo de sinalização ou histórico de sinalizações anteriores.

Os resultados deste estudo com pais de crianças sinalizadas à CPCJ são relevantes para informar e sensibilizar os profissionais e as entidades públicas que diariamente prestam

serviços de apoio à família, entre os quais as ações de capacitação para a prática da parentalidade positiva.

É também importante referir as limitações do presente estudo. O facto de as medidas utilizadas serem de autorrelato e derivarem da perceção dos pais, pode apresentar um viés inerente à desejabilidade social. Para dar resposta a esta limitação, estudos futuros devem procurar incluir diferentes medidas de avaliação de um mesmo construto e por diferentes informantes.

Sendo o presente estudo de carater transversal, não podemos garantir a estabilidade dos resultados obtidos ao longo do tempo, como tal, é importante que estudos futuros avaliem as características aqui estudadas ao longo do tempo, de modo a perceber como evoluem as práticas parentais e o ajustamento psicológico dos pais acompanhados pelas CPCJ.

5. CONCLUSÃO

Os pais de crianças sinalizadas à CPCJ enfrentam desafios vários, alguns dos quais relacionados com a sua parentalidade. De modo a apoiá-los nesta dimensão, é essencial que os serviços de apoio aos pais e às famílias forneçam os recursos adequados para promover práticas parentais positivas e a saúde mental dos pais, a curto e a longo prazo, com vista à promoção do bom desenvolvimento das crianças e do bem-estar familiar.

6. REFERÊNCIAS

- Alarcão, M., & Gaspar, M. F. (2007). Imprevisibilidade familiar e suas implicações no desenvolvimento individual e familiar. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 17(36), 89-102. <https://www.scielo.br/j/paideia/a/MZ3KmdzP8wVdsbfd3MfPzNq/?format=pdf&lang=pt>
- Ang, R. P. (2008). Dysfunctional parenting behaviors and parenting stress among mothers of aggressive boys. *Child & Family Behavior Therapy*, 30(4), 319-336. <https://doi.org/10.1080/07317100802483181>
- Arnold, D. S., O'Leary, S. G., Wolff, L. S., & Acker, M. M. (1993). The parenting scale: A measure of dysfunctional parenting in discipline situations. *Psychological Assessment*, 5(2), 137-144. <https://doi.org/10.1037//1040-3590.5.2.137>
- Barreto, A. D. (2016). Paradigma sistêmico no desenvolvimento humano E familiar: A teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner. *Psicologia em Revista*, 22(2), 275. <https://doi.org/10.5752/p.1678-9523.2016v22n2p275>
- Bradley, R. H. (2019). Environment and parenting. In M. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting (3rd Ed.)*, Vol. 2, *Biology and ecology of parenting* (pp. 474-518). New York: Routledge.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. *Developmental Psychology*, 22(6), 723-742. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.22.6.723>
- Brown, L. D., Feinberg, M. E., & Kan, M. L. (2012). Predicting engagement in a transition to parenthood program for couples. *Evaluation and Program Planning*, 35(1), 1-8. <https://doi.org/10.1016/j.evalprogplan.2011.05.001>
- Cadima, J., Gamelas, A. M., McClelland, M., & Peixoto, C. (2015) Associations between early family risk, children's behavioral regulation, and academic achievement in Portugal. *Early Education and Development*, 26(5-6), 708–728. <https://doi.org/10.1080/10409289.2015.1005729>
- Casa 2022 – Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens. Instituto de Segurança Social, I.P. Disponível em: <https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/Relatório+CASA+2022/c1d7359c-0c75-4aae-b916-3980070d4471>
- Cecconello, A., Antoni, C., & Kolle, S. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54. <https://www.scielo.br/j/pe/a/RsN9L6RpdLDTmnnSgDfLd6K/?format=pdf&lang=pt>

- Chao, R., & Kanatsu, A. (2008). Beyond socioeconomic: Explaining ethnic group differences in parenting through cultural and immigration processes. *Applied Developmental Science*, 12(4), 181-187. <https://doi.org/10.1080/10888690802388102>
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, Instituto de Segurança Social, & Generalitat Valenciana (s.d). *Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças: Guia de Orientações para os Profissionais da Ação Social na abordagem de situações de perigo*. DGS. Consultado em <https://www.dgs.pt/paginas-de-sistema/saude-de-a-a-z/saude-escolar/ficheiros-externos/guia-de-orientacoes-para-os-profissionais-da-accao-social-na-abordagem-de-situacoes-de-perigo-pdf.aspx>
- Coutinho, I., Seabra-Santos, M., & Gaspar, M. (2012). Educação parental com famílias maltratantes: Que potencialidades? *Análise Psicológica*, 30(4), 405–420. <https://doi.org/10.14417/ap.601>
- Cronin, S., Becher, E. H., Christians, K. S., Maher, M., & Dibb, S. (2015). Parents and stress: Understanding experiences, context and responses. *Children's Mental Health eReview*, 1-16. <http://hdl.handle.net/11299/172384>
- Cruz, O. M. (2013). *Parentalidade*. Livpsic.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, 113(3), 487-496. <https://doi.org/10.1037//0033-2909.113.3.487>
- Decreto-Lei nº 147/99, de 01 de setembro. Diário da República: I série-A, Nº204 <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1999/09/204a00/61156132.pdf>
- Direção-Geral da Saúde (2011). *Maus Tratos em Crianças e Jovens: Guia Prático de Abordagem, Diagnóstico e Intervenção*. https://www.dgs.pt/accao-de-saude-para-criancas-e-jovens-em-risco/ficheiros-externos/doc-guia_maus-tratos_2-marco-2011-12h-pdf.aspx
- Hughes, K., Bellis, M. A., Hardcastle, K. A., Sethi, D., Butchart, A., Mikton, C., ... Dunne, M. P. (2017). The effect of multiple adverse childhood experiences on health: A systematic review and meta-analysis. *The Lancet Public Health*, 2(8), 356-366. [http://doi.org/10.1016/S2468-2667\(17\)30118-4](http://doi.org/10.1016/S2468-2667(17)30118-4)
- Irvine, A., Biglan, A., Smolkowski, K., & Ary, D. V. (1999). The value of the parenting scale for measuring the discipline practices of parents of middle school children. *Behaviour Research and Therapy*, 37(2), 127-142. [https://doi.org/10.1016/s0005-7967\(98\)00114-4](https://doi.org/10.1016/s0005-7967(98)00114-4)

- Koutra, K., Paschalidou, A., Roumeliotaki, T., & Triliva, S. (2023). Main and interactive retrospective associations between parental rearing behavior and psychological adjustment in young adulthood. *Current Psychology*, 42(22), 18761-18776. <https://doi.org/10.1007/s12144-022-03011-3>
- Lorber, M. F. & O’Leary, S. G. (2005). Mediated paths to overreactive discipline: mothers’ experienced emotion, appraisals, and physiological responses. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 73, 972-981. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.73.5.972>
- Lopez, M. (2009). Uma mirada integradora de la parental: desde el contexto hasta la mente de las madres y los padres em riesgo psicossocial. *Psicologia da Educação*, 28, 51-71. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n28/v28a04.pdf>
- Lovibond, P., & Lovibond, S. (1995). The structure of negative emotional states: comparison of the Depression Anxiety Stress Scales (DASS) with the Beck Depression and Anxiety Inventories. *Behaviour Research and Therapy*, 33(3), 335-343. [https://doi.org/10.1016/0005-7967\(94\)00075-u](https://doi.org/10.1016/0005-7967(94)00075-u)
- McConnell, D., Feldman, M., Aunos, M., & Prasad, N. (2011). Parental cognitive impairment and child maltreatment in Canada. *Child Abuse and Neglect*, 35, 621–632. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2011.04.005>
- Manual Crianças e Jovens Vítimas de Violência: compreender, intervir e prevenir.* (2011). APAV. https://apav.pt/publiproj/images/yootheme/PDF/Manual_Crianças_Jovens_PT.pdf
- Miragoli, S., Balzarotti, S., Camisasca, E., & Blasio, P. (2018). Parents’ perception of child behavior, parenting stress, and child abuse potential: Individual and partner. *Child Abuse & Neglect*, 84, 146– 156. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.07.034>
- Newland, R. P., Crnic, K. A., Cox, M. J., & Mills-Koonce, W. R. (2013). The family model stress and maternal psychological symptoms: Mediated pathways from economic hardship to parenting. *Journal of Family Psychology*, 27(1), 96-105. <https://doi.org/10.1037/a0031112>
- Nichols, L. M., Fleming, C. M., Pedroza, J. A., O’Brien, K. M., & Tanner-Smith, E. E. (2022). Psychometric properties of the Alabama parenting questionnaire among adolescents with substance use disorder histories. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 41(2), 235-248. <https://doi.org/10.1007/s10560-022-00849-1>
- Nogueira, S., Santos, M., Canário, C., Ferreira, T., Abreu-Lima, I., Cardoso, C., & Cruz, O. (2019). Psychometric properties of the Portuguese version of the Alabama Parenting Questionnaire parent form. *European Journal of Developmental Psychology*. <https://doi.org/10.1080/17405629.2019.1686972>
- Nogueira, S., Abreu-Lima, I., Canário, C., & Cruz, O. (2021). Group triple P – A randomized controlled trial with low-income mothers. *Children and Youth Services Review*, 121, 105862. <https://doi.org/10.1016/j.chidyouth.2020.105862>

- Pais-Ribeiro, J., Honrado, A., & Leal, I. (2004). Contribuição para o estudo da adaptação portuguesa das escalas de Ansiedade, Depressão e Stresse (EADS) de 21 itens de Lovibond e Lovibond. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 5(2), 229-239. <http://www.scielo.mec.pt/pdf/psd/v5n2/v5n2a07.pdf>
- Palacios, J. & Rodrigo, M. J. (2005). La familia como contexto de desarrollo humano. In M. J. Rodrigo & J. Palacios (Coords), *Familia y desarrollo humano*. 6a ed. Alianza
- Perez-Gramaje, A. F., Garcia, O. F., Reyes, M., Serra, E., & Garcia, F. (2019). Parenting styles and aggressive adolescents: Relationships with self-esteem and personal maladjustment. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 12(1), 1-10. <https://doi.org/10.5093/ejpalc2020a1>
- Rhoades, K. A., & O'Leary, S. G. (2007). Factor structure and validity of the parenting scale. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 36(2), 137-146. <https://doi.org/10.1080/15374410701274157>
- Riley, M. R., Scaramella, L. V., & McGoron, L. (2014). Disentangling the associations between contextual stress, sensitive parenting, and children's social development. *Family Relations*, 63(2), 287-299. <https://doi.org/10.1111/fare.12063>
- Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ (2022). <https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/16406/Relatório+Anual+de+Avaliação+da+Atividade+das+CPCJ+2022/daf5653e-86fc-421c-84be-9fc4f516a25b>
- Resolução do Conselho de Ministros, nº 112/2020, de 18 de dezembro de 2020. *Diário da República*, nº 245 – I Série <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2020/12/24500/0000200022.pdf>
- Sanders, M. R., & Turner, K. M. T. (2018). *Handbook of parenting and child development across the lifespan*. In M. R. Sanders & A. Morawska (Eds.), The importance of parenting in influencing the lives of children, 3-26 Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-94598-9>
- Sandstrom, H., & Huerta, S. (2013). The negative Effects of Instability on Child Development: A Research Synthesis. *Urban Institute, Discussion Paper*, 4-57. <https://www.urban.org/sites/default/files/publication/32706/412899-The-Negative-Effects-of-Instability-on-Child-Development-A-Research-Synthesis.PDF>
- Stith, S. M., Liua, L., Daviesa, L. C., Boykina, E. L., Aldera, M. C., Harrisa, J. M., Soma, A., McPhersona, M., & Deesa, J. E. (2009). Risk factors in child maltreatment: A meta-analytic review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 14(1), 13-29. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2006.03.006>
- Teti, D. M., Cole, P. M., Cabrera, N., Goodman, S. H., McLoyd, V. C. (2017). Supporting parents: How six decades of parenting research can inform policy and good practices. *Social Policy Report*, 30 (5), 1-33. <https://doi.org/10.1002/j.2379-3988.2017.tb00090.x>

Vallotton, C., Harewood, T., Froyen, L., Brophy-Herb, H., & Ayoub, C. (2016). Child behavior problems: Mothers' and fathers' mental health matters today and tomorrow. *Early Childhood Research Quarterly*, 37, 81-93.
<https://doi.org/10.1016/j.ecresq.2016.02.006>

Waters, S. F., Virmani, E. A., Thompson, R. A., Meyer, S., Raikes, H. A., & Jochem, R. (2010). Emotion regulation and attachment: Unpacking two constructs and their association. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 32(1), 37-47.
<https://doi.org/10.1007/s10862-009-9163-z>

COMPORTAMENTO PARENTAL E AJUSTAMENTO PSICOLÓGICO DE PAIS ENVOLVIDOS COM AS COMISSÕES DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

Marta Gisela Silva Pinheiro

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

